A UNESCO E AS NOVAS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR

*Jorge Werthein**

*Célio da Cunha***

*Representante da Unesco no Brasil.

**Assessor especial da Unesco.

A missão de construir uma cultura de paz fez da Unesco, desde sua origem há mais de meio século, uma instituição ímpar no seio das Nações Unidas. Para cumprir esse mandato, a Unesco sempre teve, nas universidades e instituições de educação superior, um forte ponto de apoio, de cooperação e de solidariedade. Em parte, isso se explica pela afinidade de conteúdos, pois tanto a Unesco quanto as universidades cultivam o campo da educação, da ciência e da cultura, somando-se a isso as afinidades de intenção e de propósitos em decorrência de uma luta comum contra a pobreza e em prol da redução das desigualdades sociais.

Por esse motivo, a Unesco sempre manteve, ao longo de sua história, uma constante preocupação com o desenvolvimento do ensino superior, da cultura e da pesquisa científica e tecnológica. Quando se fala hoje em civilização ou sociedade do conhecimento, a Unesco tem plena consciência de que há muitos anos centraliza seus esforços nessa direção, mas com uma única diferença: a plataforma de ideais e metas da Organização inclui educação e conhecimento para todos e não somente para uma parcela privilegiada da população. O princípio da democratização do conhecimento e de seu uso ético foi assumido pela Unesco desde a sua fundação.

À concretização desses ideais e dessas metas aprovadas pelo concerto das nações que integram a Unesco, a instituição universitária e a comunidade acadêmica sempre se fizeram presentes, tanto no plano da produção de conhecimento e dos debates sobre temas relevantes para a humanidade produzidos, quanto na divulgação e popularização dos saberes.

A identidade entre a Unesco e as instituições de ensino superior e de pesquisa foi se consolidando na experiência de diversas parcerias e no enfren-

tamento de problemas sociais e culturais em várias partes do mundo. Enquanto as universidades procuravam gerar conhecimentos sobre temas relevantes para o desenvolvimento humano, a Unesco se especializava na política de intercâmbio e cooperação técnica para colocar esses conhecimentos a serviço dos países mais necessitados e que deles tinham urgência para a implementação de programas e políticas de superação da pobreza. Foi o que aconteceu, por exemplo, logo após a Segunda Grande Guerra, oportunidade em que as universidades “tiveram papel preponderante de reunir esforços de cooperação” (Unesco, 1999, p. 83). De certo modo, portanto, as universidades podem ser consideradas a alma *mater* da Unesco (id., *ibid.*).

Todavia, a atenção dispensada pela Unesco ao ensino e à pesquisa universitária nunca foi desvinculada da questão mais ampla da política educacional. Essa consciência nunca deixou de ocupar um lugar de destaque na concepção do planejamento e das ações da Unesco. Não seria admissível pensar o ensino superior de forma isolada, como também não se poderia pensar a política educacional à margem das demais políticas de desenvolvimento.

A profunda consciência de que, sem combater o analfabetismo e assegurar educação básica de qualidade para todos, projetou-se como um dos eixos norteadores dos programas de ação da Unesco, pois se assim não fosse, a própria política do ensino superior estaria *ipso facto* prejudicada. Sob esse aspecto, a década de noventa apresenta um saldo positivo na medida em que a Unesco conseguiu, por intermédio de um diálogo permanente com os governos, alguns avanços significativos no que se refere à meta de colocar todas as crianças nas escolas e de reduzir as taxas de analfabetismo. Esses avanços não ocorreram de forma simétrica em todos os países. No entanto, a maioria deles promoveu, está promovendo ou planeja promover mudanças importantes na direção da plenitude do direito à educação que, como direito subjetivo, está em plena ascensão em todo o mundo.

Um dos marcos recentes e importantes do direito à educação foi a *Declaração Mundial de Educação para Todos*, resultado da Conferência de Jomtien, Tailândia, realizada em março de 1990. Outros marcos significativos se seguiram a este, com destaque para a *Declaração de Hamburgo*, de 1997, que reafirma o compromisso de eliminar o analfabetismo e assegurar educação a todos ao longo de toda a vida e para a recente *Recomendação de Seul*, que reconheceu o direito de educação técnica e profissional para todos.

Simultaneamente ao esforço desenvolvido no campo da educação básica, a Unesco procurou intensificar os estudos na área de ensino superior, de forma a preparar este grau do ensino para receber os impactos decorrentes da expansão da educação básica. Assim sendo, por ocasião da 27ª sessão da Conferência Geral de 1993, os Estados-Membros da Unesco adotaram uma resolução, estimulando os responsáveis a formular uma política aplicável à totalidade do ensino superior. Essa resolução tinha como fundamento as transformações que se operavam no mundo (Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, 1998, p. 93). Como todos nós sabemos, a década de noventa entrará para a história como a década em que a mundialização das atividades humanas adquire um grande impulso e provoca mudanças estruturais em todo o tecido social.

Como consequência da Resolução adotada pela 27ª Conferência Geral, os primeiros estudos foram realizados e, em 1995, a Unesco publica o documento de orientação intitulado *Política de Mudança e Desenvolvimento no Ensino Superior*.

Política de Mudança e Desenvolvimento no Ensino Superior

O documento de orientação foi preparado com o objetivo, entre outros, de favorecer o debate nos vários Estados-Membros da Organização com vistas à realização da Conferência Mundial. Começou por identificar três grandes tendências principais do ensino superior comuns aos sistemas educacionais:

1. a extraordinária expansão quantitativa, acompanhada, via de regra, por desigualdades continuadas de acesso entre países e regiões;
2. diversificação de estruturas institucionais, programas e formas de estudo;
3. dificuldades financeiras.

À medida que, por um lado, intensificavam-se as pressões sobre a educação superior por força da ampliação de matrículas na educação básica e, por outro, pelas pressões decorrentes do processo de globalização e de reestruturação produtiva, o arcabouço tradicional da universidade sofria os primeiros abalos e se revelava

impotente para satisfazer as novas demandas, sobretudo em relação à expansão quantitativa e à necessidade de diversificação da oferta em face das mutações que estavam sendo operadas no mercado de trabalho. Além disso, a questão do financiamento se apresenta, de forma crescente, como um poderoso obstáculo ao processo de adaptação das universidades às novas condições da economia e da sociedade. O conflito entre quantidade e qualidade despontaria como um dos obstáculos de difícil superação.

O problema do financiamento, aliado a uma expansão quantitativa sem critérios de qualidade, fazia aumentar ainda mais o fosso histórico entre os países desenvolvidos e os considerados em desenvolvimento, questão que passou a aumentar as preocupações da Unesco em função de sua luta em prol do desenvolvimento humano sustentável em que o crescimento econômico não se desvinculasse do desenvolvimento social.

Desse modo, as universidades e demais instituições de ensino superior estavam diante de um desafio sem precedentes. Era preciso, ao mesmo tempo, promover a democratização do acesso, garantir a qualidade e inserir-se num contexto de globalização das atividades econômicas e sociais. Para o documento de orientação da Unesco (Unesco, 1999, p. 12-13), as respostas a esses desafios deveriam ser guiadas por três palavras-chave, que determinam seu funcionamento e posição:

Relevância

Sobretudo no que se refere ao papel e lugar do ensino superior na sociedade, suas funções em termos de ensino, pesquisa e serviços à comunidade. A relevância se refere também ao mundo do trabalho e inclui o relacionamento com o Estado. Adquire novas dimensões e maior urgência no instante em que as economias modernas solicitam graduados que possam constantemente pôr em dia seus conhecimentos e aprender novas habilidades, que possuam não só as qualidades de bons profissionais, mas também as de criadores de empregos em mercados de trabalho mutantes.

Por isso, o ensino superior precisa repensar sua missão e redefinir muitas de suas funções. Um dos pré-requisitos importantes para a renovação pretendida reside nas boas relações com o Estado e com a sociedade como um todo. Essas relações

devem apoiar-se nos princípios de liberdade acadêmica e autonomia institucional, essenciais para a preservação de qualquer instituição de ensino superior como comunidade de livre pesquisa, podendo realizar suas funções criativas, reflexivas e críticas na sociedade. Assim, a autogerência institucional no ensino superior deverá prevalecer, enquanto o Estado poderá e deverá assumir papéis catalíticos e reguladores.

Uma das condições indispensáveis para assegurar a relevância refere-se ao financiamento. A limitação dos fundos públicos tem sido, como já observado, um dos maiores obstáculos. Como diz o documento da Unesco, é também uma das fontes da crise atual e das tensas relações entre o Estado e a comunidade acadêmica. Para tanto, as instituições universitárias precisam melhorar sua administração e fazer uso mais eficiente dos recursos humanos e materiais disponíveis. Por outro lado, admite o documento da Unesco, é preciso buscar fontes alternativas de recursos. É oportuno salientar que todos os envolvidos – estudantes, pais, setor público e privado, comunidades locais e nacionais e autoridades – devem participar da busca de novas alternativas. Todavia, não se pode esperar que as fontes alternativas possam retirar o ensino superior da crise atual, especialmente nos países em desenvolvimento. A introdução de mensalidades escolares, por exemplo, representa um ponto sensível no ensino superior porque envolve muitos aspectos de justiça social e mobilidade, equidade educacional e as políticas sociais, fiscais e educacionais do Estado. Deverá ser dada a possibilidade de se introduzirem outras formas de financiamento no ensino superior.

Apesar da importância de se buscarem fontes alternativas ou adicionais, o documento de orientação da Unesco sublinha que, se o ensino superior e as universidades devem dar uma contribuição significativa para o desenvolvimento da sociedade, esta e o Estado, em geral, devem percebê-lo menos como um peso no orçamento público e mais como um investimento nacional a longo prazo para melhorar a competitividade econômica, o desenvolvimento cultural e a coesão social.

Qualidade

A adoção de uma política renovadora, sobretudo para desenvolver a capacidade intelectual dos alunos e melhorar o conteúdo multidisciplinar e interdisciplinar dos estudos, é essencial para aumentar a qualidade e a relevância do ensino superior. Além

disso, a pesquisa constitui condição para a qualidade. Estamos próximos de um estágio do desenvolvimento em que o número de áreas de interesse comum e de investigação conjunta entre ciência, tecnologia e cultura está crescendo rapidamente. Sob esse ângulo, a pesquisa e a formação de pesquisadores é de extrema importância no processo de busca de uma nova pedagogia da qualidade. Por outro lado, a avaliação é essencial e deve começar pelo envolvimento ativo dos professores. Com relação à qualidade dos estudantes, componente igualmente importante, torna-se cada vez mais urgente a articulação da universidade com a educação básica. Na política de qualidade, atenção especial deverá ser dada à observância dos princípios de liberdade acadêmica e à autonomia que, por sua vez, não devem ser invocadas para servirem de alibi a posturas conservadoras.

Internacionalização

A internacionalização do ensino superior reflete a conjuntura de marcha acelerada do processo de globalização. Reflete também a necessidade crescente de entendimento intercultural. A expansão do número de estudantes, pesquisadores e professores que trabalham, vivem e se comunicam num contexto internacional comprova essa tendência. A Unesco defende que a cooperação internacional deve estreitar o intercâmbio baseado na parceria e na busca coletiva e relevância; deve também apoiar-se no princípio da solidariedade internacional, pois os países em desenvolvimento nem sempre possuem os meios necessários à implementação de projetos estratégicos.

O documento de orientação da Unesco serviu de base às discussões que se seguiram com vistas à realização da grande Conferência Mundial. Todas as regiões do mundo foram mobilizadas em torno das conferências regionais preparatórias realizadas em Havana (novembro de 1996), Dacar (abril de 1997), Tóquio (julho de 1997), Palermo (setembro de 1997) e Beirute (março de 1998). Além disso, várias ONGs internacionais e regionais, especializadas no campo do ensino superior, organizaram suas conferências com base nos temas ligados à Conferência Mundial. Também foram realizadas duas reuniões regionais de *experts*, uma em Estrasburgo (julho de 1997), no Conselho da Europa, outra em Toronto (abril de 1998), destinadas aos especialistas norte-americanos (Canadá e Estados Unidos), com a participação do México e de Porto Rico (Conferência Mundial sobre o

Ensino Superior, 1998, p. 93).

Em busca de uma visão de conjunto – O Relatório Delors e o Ensino Superior

Conforme procuramos mostrar, a Unesco sempre buscou uma visão de conjunto na política educacional. Assim sendo, a Conferência Geral da Unesco, em novembro de 1991, recomendou a convocação de uma comissão internacional encarregada de refletir sobre o educar e o aprender para o século XXI. Essa comissão foi oficialmente criada no início de 1993 e fez sua primeira reunião em março desse mesmo ano. Sob a coordenação de Jacques Delors, a Comissão trabalhou quase três anos, reunindo-se em várias partes do mundo com especialistas de diferentes tendências e foi subsidiada por inúmeros estudos setoriais.

O relatório final foi concluído em janeiro de 1996, antes da primeira conferência regional preparatória para a conferência mundial sobre a educação superior. Dessa forma, além do documento de orientação mencionado, os debates preparatórios puderam contar também com o *Relatório Delors*. Dada a sua importância para a educação, apresentaremos uma síntese de suas linhas norteadoras.

O *Relatório Delors* reconhece que vivemos num mundo de múltiplos riscos. Um mundo mais complexo e inseguro e, portanto, mais perigoso. A consciência mundial está perturbada com o aumento da violência e com a persistência de ideologias totalitárias que podem comprometer o futuro da democracia. O Relatório constata um paradoxo:

Além da incerteza sobre o próprio destino, partilhada por todos os habitantes do planeta, pois ninguém está livre da violência, a impressão geral que se tem é ambígua: nunca anteriormente o sentimento de solidariedade foi tão forte; mas, ao mesmo tempo, nunca foram tantas as ocasiões de divisão e de conflito. (Delors, 1998, p. 45)

O medo desses riscos, que se universaliza com grande rapidez devido às novas tecnologias da informação, tem efeitos diferentes nas pessoas e nos países, o que vem contribuindo para gerar um estado geral de insegurança e incerteza quanto ao futuro.

O desenvolvimento das interdependências, acelerado pelos efeitos da globalização,

veio revelar vários desequilíbrios: desequilíbrio entre países ricos e pobres; fratura social entre os mais favorecidos e os excluídos no interior de cada país; uso descontrolado dos recursos naturais, provocando a rápida degradação do meio ambiente. As desigualdades de desenvolvimento agravaram-se, em muitos casos, como é referido pela maior parte dos relatórios internacionais, e observa-se um verdadeiro descontrolo dos países mais pobres. Estas escandalosas desigualdades são cada vez mais notórias, devido à expansão dos meios de informação e comunicação. (Delors, 1998, p. 45-46)

Nesse contexto de contradições, a educação tem papel primordial a cumprir, não como uma hipótese salvadora, mas sim com seu verdadeiro sentido de ajudar a transformar a interdependência real em solidariedade desejada e de formar cada indivíduo para compreender a si mesmo e ao outro, por intermédio de um melhor conhecimento do mundo (Delors, 1998, p. 47).

Para desempenhar de forma exitosa essa função, a educação, em qualquer um de seus níveis e formas, deverá organizar-se com base em quatro aprendizagens fundamentais que constituirão ao longo da vida os pilares fundamentais do conhecimento: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.*

A Comissão da Unesco para Educação do Século XXI compreendeu, desde o início, que, para enfrentar os desafios do próximo milênio, seria indispensável estabelecer novos objetivos para a educação e, portanto, mudar a idéia que se tem de sua utilidade. Uma nova concepção de educação deveria fazer com que todos pudessem descobrir, reanimar e fortalecer o seu potencial criativo – revelar o tesouro escondido em cada um de nós. Por isso mesmo, o próprio *Relatório Delors* recebeu o título *Educação: um tesouro a descobrir*. Isto supõe que se ultrapasse a visão puramente instrumental da educação, considerada como a via obrigatória para obter certos resultados (saber fazer, aquisição de capacidades diversas, fins de ordem econômica), e se passe a considerá-la em toda a sua plenitude: realização da pessoa que, na sua totalidade, aprende a ser (Delors, 1998, p. 90).

A rigor, o *Relatório Jacques Delors* deu continuidade e ampliou o que fora antes coordenado por Edgar Faure e publicado sob os auspícios da Unesco, em

1972. A grande tese do *Relatório Edgar Faure* era *Aprender a Ser*, cuja atualidade dispensa comentários, pois o século XXI exigirá de todos nós grande capacidade de autonomia e discernimento (Delors, 1998, p. 20).

Em relação ao ensino superior, o *Relatório Delors* reconhece que ele é um dos motores do desenvolvimento:

Num mundo em que os recursos cognitivos, enquanto fatores de desenvolvimento, são cada vez mais importantes do que os recursos materiais, a importância do ensino superior e das suas instituições será cada vez maior. (Delors, 1998, p. 140)

Entretanto, para ser de fato motor do desenvolvimento, o ensino superior precisa de qualidade e relevância. Sob esse aspecto, há um sério obstáculo a enfrentar. Apesar do grande crescimento quantitativo (a estimativa para o ano 2000 é da ordem de noventa milhões de estudantes), as desigualdades são consideráveis, tanto em termos de acesso como na qualidade do ensino e da investigação. Além disso, afirma o *Relatório*, o desemprego de diplomados e o êxodo de cérebros arruinaram a confiança depositada no ensino superior (Delors, 1998, p. 140).

O restabelecimento dessa confiança assume papel decisivo pela missão ética da universidade no desenvolvimento de toda a sociedade, sobretudo nos países em desenvolvimento onde os trabalhos de pesquisa constituem pré-requisitos *sine qua non*.

O *Relatório* chama a atenção para a necessidade de todas as universidades se tornarem "abertas" e oferecerem a possibilidade do ensino a distância ao longo da vida. Ademais, de acordo com a idéia segundo a qual cada um precisa simultaneamente aprender e ensinar, a Universidade deve apelar à colaboração de especialistas, além dos professores de ensino superior: o trabalho de grupo, a cooperação com a comunidade, o trabalho de estudantes a serviço da comunidade são alguns dos fatores que podem enriquecer o papel cultural das instituições universitárias (Delors, 1998, p. 145).

Considerando a universidade como um local de cultura e de estudo aberto a todos, a Comissão presidida por Jacques Delors procurou concretizar sua orientação central, isto é, educação para todos ao longo de toda a vida. Reconheceu ainda a missão e a responsabilidade das universidades na participação dos grandes

debates relacionados com a concepção e o processo de transformação da sociedade (Delors, 1998, p. 145).

Em termos de cooperação internacional, o Relatório defende que as instituições de ensino superior estão extraordinariamente bem colocadas para, explorando o fenômeno da mundialização, sanarem o déficit de conhecimento e enriquecerem o diálogo entre os povos e entre as culturas. Há, porém, um obstáculo difícil de vencer. A concentração de pesquisa e os meios a ela ligados nos países da OCDE constituem um desafio ao desenvolvimento sustentável nos países menos avançados economicamente. Em decorrência disso, a Comissão advoga a livre circulação de pessoas e a partilha de conhecimentos científicos. Respeitando devidamente as normas de propriedade intelectual, as universidades e os governos dos países “ricos em saber” deveriam esforçar-se, por todos os meios, para aumentar o potencial e a capacidade de acesso à informação das regiões mais pobres do mundo (Delors, 1998, p. 146).

O Relatório Delors, após sua divulgação em todo o mundo, vem sendo objeto de inúmeros debates, análises e interpretações. De modo geral, pela força da concepção de educação que encerra, ele tem sido bem aceito pelos diferentes sistemas de ensino e passou a se constituir em referência central para a educação do século XXI.

A Conferência Regional Preparatória de Havana

A Conferência Preparatória de Havana tem especial interesse para esta exposição porque foi convocada a discutir tendências e perspectivas para o ensino superior na América Latina e no Caribe. Pode-se afirmar que dela participou a parte mais densa dos especialistas em educação superior da região.

A Conferência, depois de um balanço crítico da situação atual da educação superior, condensou em dois documentos as preocupações e recomendações dos especialistas que dela tomaram parte. Esses documentos são o *Informe Final* e a *Declaração sobre Educação Superior na América Latina e no Caribe*.

O *Informe Final* procura situar a universidade no contexto de um horizonte obscurecido pela pobreza, desemprego, desigualdade de acesso à saúde e à educação, violência e destruição do meio ambiente (Unesco, 1997, p. 177). Para enfrentar

esse desafio, a autonomia constitui condição indispensável para que a universidade possa responder, com pertinência, à demanda dos diversos setores sociais.

No que se refere à qualidade, o *Informe Final* expressa a preocupação com a grande expansão da educação superior no continente, a concomitante redução dos orçamentos e a baixa remuneração docente. Defende que a qualidade deve estar ligada à pertinência social da universidade e que a prestação de contas à comunidade é imprescindível. Para tanto, a avaliação constitui um instrumento primoroso e deve ser vista como contrapartida da autonomia (Unesco, 1997, p. 181). Da mesma forma, o credenciamento é considerado pelo *Informe* como ferramenta para defender o interesse público diante da desordenada diversificação dos sistemas de educação superior (id., ibid.).

Com relação ao financiamento, o documento alerta que a educação superior não deve ser vista só em termos de custo-benefício. É preciso evitar a visão reducionista que, via de regra, impede a percepção do significativo papel da educação superior na construção de uma sociedade mais justa, aberta e democrática. Mas, adverte o *Informe*, o financiamento tem a ver com a pertinência, a eficiência, a qualidade e a cooperação internacional. Postula um novo tipo de cooperação internacional – a horizontal –, que busca potencializar as condições endógenas do desenvolvimento e estabelecer fórmulas operativas que nascem da prática da cooperação (Unesco, 1997, p. 184).

Por sua vez, a *Declaração sobre a Educação Superior na América Latina e no Caribe*, pautando-se pelas conclusões do *Informe Final*, configura-se como um compromisso moderno que destaca a importância da qualidade, da avaliação permanente e da gestão ágil e flexível. Sublinha, igualmente, a importância da educação continuada ao longo da vida e defende a renovação dos métodos pedagógicos com o objetivo de formar graduados que aprendam a empreender, de forma que sejam capazes de gerar seus próprios empregos (Unesco, 1997, p. 192-193).

A *Declaração* enfatiza a criação científica, técnica e humanística, chamando a atenção para a necessidade de programas de informação e comunicação, estabelecimento de redes e outros mecanismos de cooperação interuniversitária. Ela recomenda a promoção de processos de integração regional e procura situar a integração cultural e educativa como base da integração econômica. A abordagem interdisciplinar dos problemas é indispensável para essa integração.

Por último, a *Declaração* destaca que o apoio público continua a ser indispensável. Reconhece, no entanto, que os desafios existentes precisam da cooperação de toda a sociedade – governo, setor produtivo, sociedade civil organizada e os organismos internacionais.

A síntese final – A Declaração de Paris

Os subsídios reunidos pelas diferentes conferências preparatórias regionais e outros eventos paralelos convergiram para a grande Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, realizada em Paris, em outubro de 1998, que contou com a expressiva participação de mais de 4 mil pessoas, 180 países e 120 Ministros. Nesse universo estiveram presentes representantes do Parlamento, do setor privado, de associações de professores e de estudantes, reitores, pesquisadores em educação, representantes de todas as grandes associações de universidades internacionais e regionais.

A Conferência de Paris pode ser vista como resultado da grande mobilização de uma década, condição que lhe confere grande credibilidade. Em matéria de educação superior, a Conferência de Paris não tem precedentes em termos de mobilização e magnitude.

O resultado final da Conferência foi a *Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI*, cujos pontos principais passaremos a sintetizar. A educação superior tem a missão e o dever de:

- Educar, formar e realizar pesquisas com estrita observância de garantir alta qualidade. Deverá oferecer uma ampla gama de ofertas e opções e assegurar a educação permanente, como também difundir conhecimentos e contribuir para a preservação e difusão das culturas nacionais, regionais, internacionais e históricas, num contexto de pluralismo, diversidade cultural, consolidação dos direitos humanos e desenvolvimento de uma cultura de paz;
- Submeter todas as suas atividades às exigências da ética e do rigor científico e intelectual;
- Assegurar a igualdade de acesso com base no Artigo 26 (§ 1º) da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* que enfatiza o mérito e combate a discriminação;
- Eliminar da educação superior todos os estereótipos com base no gênero que, muitas vezes, impedem a plena participação das mulheres;
- Promover o avanço do conhecimento por meio da pesquisa, que constitui função essencial de todos os sistemas de educação superior. A inovação, a in-

- terdisciplinaridade e a transdisciplinaridade devem ser fomentadas e reforçadas pela política de incentivo à pesquisa;
- Cuidar da relevância da educação superior que deve ser avaliada em termos do ajuste entre o que a sociedade espera das instituições e o que estas realizam. Esta avaliação deverá levar em conta padrões éticos, imparcialidade política, capacidade crítica e uma melhor articulação com os problemas da sociedade e do mundo do trabalho;
 - Ampliar a contribuição da educação superior para o desenvolvimento do sistema educacional como um todo, especialmente por meio da melhoria da formação do pessoal docente;
 - Fortalecer a cooperação com o mundo do trabalho, analisar e prevenir as necessidades da sociedade. O desenvolvimento de habilidades empresariais e o senso de iniciativas devem tornar-se preocupação permanente da educação superior, visando facilitar a empregabilidade dos formandos;
 - Diversificar e ampliar a igualdade de oportunidades. A diversificação de modelos, de métodos e critérios de recrutamento é essencial para responder às tendências internacionais de massificação da demanda;
 - Introduzir inovações que permitam o desenvolvimento de uma nova visão e um novo paradigma que tenha seu interesse centrado no estudante. Para tanto, a política de acesso deve mudar para poder incluir categorias cada vez mais diversificadas de pessoas;
 - Formar estudantes que sejam cidadãos bem informados e motivados, capazes de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar solucioná-los;
 - Estabelecer políticas transparentes em relação ao pessoal docente e aos estudantes. Os professores devem estar, sobretudo, preocupados com ensinar seus estudantes a aprenderem e a tomarem iniciativas, em vez de serem unicamente fonte de conhecimento;
 - Criar, no que se refere à avaliação da qualidade, instâncias nacionais independentes e definir normas comparativas de qualidade reconhecidas no plano internacional;

- Assumir liderança no aproveitamento das vantagens e do potencial das novas tecnologias de informação e comunicação, cuidando da qualidade e mantendo níveis elevados nas práticas e resultados da educação. Participar da constituição de redes que possam favorecer a transferência de tecnologias. Seguir de perto a evolução da sociedade do conhecimento e considerar as novas possibilidades abertas pelo uso das tecnologias da informação e comunicação;
- Reforçar o financiamento e a gestão da educação superior. As práticas de gestão devem ter uma perspectiva do futuro, devidamente racionalizadas e presididas por mecanismos internos e externos de eficiência e responsabilidade. Deve haver autonomia para que as instituições administrem suas questões internas. A meta suprema da gestão deve ser a garantia de uma ótima qualidade;
- Fomentar a cooperação Norte-Sul com a finalidade de obter o financiamento necessário para fortalecer a educação superior nos países em desenvolvimento;
- Adotar uma política de financiamento que considere que a educação superior precisa tanto de recursos públicos quanto privados. O Estado mantém um papel essencial quanto ao financiamento público, o que reflete, em última análise, o apoio que a sociedade dispensa à educação superior;
- Compartilhar conhecimentos teóricos e práticos entre países e continentes. O princípio da solidariedade e de uma autêntica parceria entre instituições de educação superior em todo o mundo é crucial para que a educação e a formação, em todos os âmbitos, motivem uma compreensão melhor das questões globais e do papel de uma direção democrática e de recursos humanos qualificados para a solução de tais questões, além da necessidade de conviver com culturas e valores diferentes;
- Formular uma política de cooperação internacional que evite a perda de quadros e de talentos científicos. O esquema atual priva os países em desenvolvimento de profissionais de alto nível. Deverá ser dada prioridade à formação de centros de excelência nos países em desenvolvimento. O Programa UNITWIN das Cátedras Unesco pode desempenhar papel importante na cooperação Norte-Sul;
- Estimular a parceria com base em interesses comuns, respeito mútuo e credibilidade. A parceria pode ser matriz estratégica para a renovação da educação superior.

Considerações finais

A *Declaração Mundial sobre a Educação Superior* foi aprovada por todos os participantes da conferência. Indiscutivelmente, constitui hoje um marco referencial e um guia de ação. Ela teve o mérito de, por um lado, assumir posições maduras em temas polêmicos e importantes como os do financiamento, da avaliação e da qualidade e, por outro, soube compreender e perceber o alcance das mudanças que se operam nos planos econômico, social e cultural e de suas conseqüências e implicações para as instituições de educação superior.

Os pontos que procuramos destacar representam as novas missões e funções da educação superior no contexto da mundialização das atividades humanas. Juntamente com a *Declaração Mundial*, a Conferência de Paris aprovou também o *Marco Referencial de Ação Prioritária para a Mudança e Desenvolvimento do Ensino Superior*. O próprio título deixa claro que se reconhece a necessidade de mudança. O *Marco Referencial* estabelece ações prioritárias na esfera nacional, no âmbito de sistemas e instituições e no plano internacional, em especial, com referência às futuras iniciativas da Unesco. Um dos pontos centrais da cooperação da Unesco será o de promover a mobilidade acadêmica internacional, “como forma de avançar e compartilhar o conhecimento e com vistas ao surgimento e à promoção da solidariedade como um elemento fundamental da futura sociedade global do conhecimento” (*Conferência Mundial sobre o Ensino Superior*, 1998, p. 40).

Essa futura sociedade global do conhecimento a que alude o *Marco Referencial da Declaração de Paris*, ninguém ainda sabe ao certo como será e quais os seus efeitos sociais. Na incerteza deste novo cenário que começa a surgir, a universidade e as instituições de ensino superior e de pesquisa têm uma função primordial a cumprir, qual seja, a de exercer papel crítico e construtivo no processo de delineamento de uma nova sociedade. Nesse processo, ela deverá levar sempre em conta que uma das funções básicas da universidade consiste, como queria James Perkins, antigo Reitor da Universidade de Cornell, em atender os grandes interesses públicos da sociedade (Perkins, 1967, p. 77).

Sem dúvida, os grandes interesses públicos da sociedade como um todo devem estar sempre presentes na política de ensino, pesquisa e extensão da universidade. Estamos seguros de que é trilhando este caminho que ela se converterá em instituição de referência para o próximo milênio.

Para converter-se em instituição de referência é preciso que a universidade

se internacionalize. Uma agressiva política de conhecimento e informação tornou-se essencial e decisiva. Como diz Brunner, estamos à véspera de um novo tipo de civilização. Os conhecimentos, as informações e as comunicações adquirem um valor estratégico para o desenvolvimento econômico e a competitividade entre as nações, para a gestão dos assuntos públicos e privados e para a mobilidade e prosperidade das pessoas (Brunner, 1978). A inserção da universidade e de outras instituições de ensino e pesquisa, no circuito internacional, fará surgir uma série de facilidades que favoreça o desenvolvimento da instituição universitária e a situe num contexto mais amplo. De acordo com Philip Altbach, em seu artigo sobre as perspectivas globais da pesquisa e da educação superior, a inclusão das comunidades periféricas de pesquisa no âmbito internacional tornou-se uma necessidade (Altbach, 1997, p. 20) para melhorar a conexão entre os pesquisadores e a união da comunidade de pesquisa.

Para encerrar, não poderíamos deixar de fazer um comentário sobre o Brasil, que, a exemplo de outros países, tem procurado reconstruir sua política educacional para atender e se adaptar às novas circunstâncias da conjuntura internacional. Em relação ao ensino superior, a expansão de matrículas vem ocorrendo em ritmo acelerado. De 1.540.000 alunos no início da década, atualmente o Brasil possui aproximadamente 2.300.000 estudantes matriculados em seu sistema de ensino superior. A oferta se diversifica e a avaliação institucional está se tornando uma realidade. Combinar qualidade e quantidade, diversificar a oferta e, ao mesmo tempo, equacionar a política de financiamento que valorize a equidade e o mérito são alguns dos grandes desafios da política de educação superior no Brasil.

Os *Anais da Conferência de Paris* já foram publicados no Brasil. Estamos convictos de que o seu debate público, que já está ocorrendo, poderá contribuir para a construção de uma nova política de educação superior. Em sua construção, especial destaque deverá ser dado à cooperação horizontal entre as universidades brasileiras e à de outros países. Nessa linha, o desenvolvimento de projetos integrados e de formação de redes no âmbito do Mercosul e da América Latina como um todo adquire especial relevância em face da necessidade de integração cultural e científica.

O Brasil, que nas últimas três décadas conseguiu edificar um reconhecido sistema de pós-graduação e pesquisa, poderá desempenhar papel relevante em termos de renovação da educação superior. Existem obstáculos que não são poucos, mas

também existem perspectivas concretas que podem e devem ser aproveitadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alt bach, P. G. Research on higher education: global perspectives. In: Sadlak, Jan & Alt bach, P. G. (org). *Higher education research at the turn of the new century*. Paris: Unesco, 1997.
- BRUNNER, J. EDUCACIÓN SUPERIOR Y GLOBALIZACIÓN. IN: *Revista Educação Brasileira*: Brasília, CRUB, 1(1), 1978.
- Conferência mundial sobre o Ensino Superior. Tendências da Educação Superior para o século XXI. Paris, 5-9 out. 1998. *Anais*. Brasília: CRUB/Unesco, 1999.
- Delors, J. (coord.) *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez/MEC/Unesco, 1998.
- Perkins, James A. L. *Universidad en transición*. Mexico : Editorial Hispanoamericana, 1967. p. 77.
- Unesco. *Política de mudança e desenvolvimento no Ensino Superior*. Rio de Janeiro: Garamond/Unesco, 1999.
- UNESCO. *Hacia una nueva educación superior*. Caracas : Cresalc/Unesco, 1997.